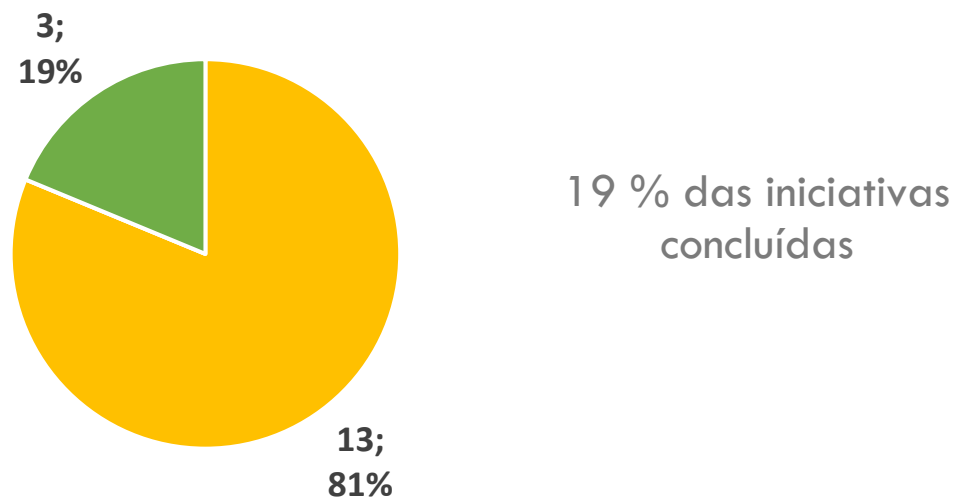




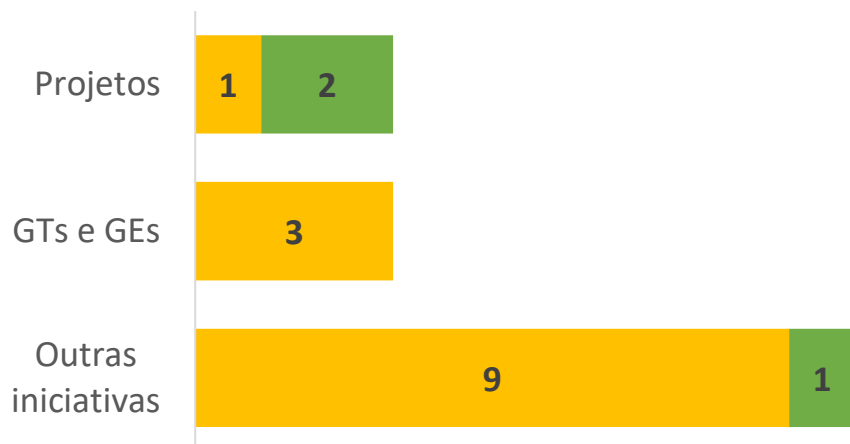
PLANO DE AÇÃO 2022/2023 MONITORAMENTO

**Coordenadoria Nacional de Promoção da Regularidade do
Trabalho na Administração Pública (CONAP)**

Panorama das iniciativas da Coordenadoria



Situação por tipo de iniciativa



■ Não iniciado ■ Em andamento ■ Suspenso/cancelado ■ Concluído

CONAP

Coordenadores(as): Andrea da Rocha Carvalho Gondim/Ileana Neiva Mousinho

1. Projetos Nacionais/GAETs

1.1 Adequação das Condições de Trabalho no Sistema Prisional	Responsáveis Heiler Ivens de Souza Natali (Gerente) Leonardo Osório Mendonça (Vice Gerente)	Prazo 11/2023	Concluído
Objetivo: Coordenar e subsidiar o planejamento das operações para inspeções no sistema prisional e promover atuação articulada com os parceiros estratégicos externos, definidos no plano de trabalho, no desenvolvimento das ações previstas no âmbito do escopo do projeto.			
Monitoramento 1º/2023: 13 procedimentos preparatórios instaurados; 83 inspeções realizadas; 52 estabelecimentos inspecionados; 06 reuniões com Secretários de Segurança Pública e Administração Penitenciária e 934 irregularidades constatadas durante as Inspeções. Monitoramento 2º/2023: No âmbito da Gerência Nacional do Projeto foram realizadas 18 inspeções, sendo 14 em unidades prisionais e 04 em unidades em oficinas de trabalho situadas em unidades prisionais. As inspeções alcançaram 1624 postos de servidores públicos, terceirizados e 224 postos de trabalho de pessoas presas de liberdade que trabalham em oficinas privas e públicas em oficinas públicas ou privadas que funcionam no interior das unidades prisionais. (Registre-se que esses números dizem respeito apenas às inspeções realizadas pela gerência do projeto, não incluindo nesses números as inspeções realizadas pelos titulares de GAET neste período).			
1.2 Inclusão Social e Produtiva de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis	Responsáveis Margaret Matos de Carvalho (Gerente) Adriana Holanda Maia Campelo (Vice Gerente)	Prazo 09/2023	Concluído
Objetivo: Promover a inclusão social e produtiva de catadores e catadoras de materiais recicláveis que trabalham em lixões a céu aberto, com o afastamento de crianças e adolescentes desta atividade e promover a regularização da contratação das associações e cooperativas de catadores(as) pelos Municípios.			

Monitoramento 1º/2023:

2 (duas) audiências coletivas realizadas (Maranhão e Alagoas), 2 cursos de catadores em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU, visita técnica à central de cooperativas de Brasília.

Atuação na Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região – assinatura de contrato de coleta seletiva entre o Município de Coruripe e a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de São José – ASMACARE. A contratação é resultado de mediação conduzida pelo MPT junto a gestores públicos do município, trabalhadores e organizações da sociedade civil, e realizada para conscientizar os envolvidos sobre a importância de levar renda e valorizar o trabalho realizado pelo segmento que atua com a coleta seletiva.

Monitoramento 2º/2023:

Foi elaborado e aprovado o plano de trabalho, estabelecidos indicadores para os GAETS, participações de reuniões do CIISC, realizadas reuniões junto à Secretaria Geral da Presidência da República, elaborada a primeira minuta do manual, participação do GT interinstitucional com o TST.

1.3 Saúde na Saúde	Responsáveis Carlos Henrique Pereira Leite (Gerente) Andrea da Rocha Carvalho Gondim (Vice Gerente)	Prazo 12/2024	Em andamento
Objetivo: Atuar como articulador social para promover o meio ambiente do trabalho nos hospitais públicos e unidades básicas de saúde, assim como verificar a regularidade da contratação de Organização Social ou Cooperativa e seu impacto no ambiente laboral dos profissionais do setor.			

Monitoramento 1º/2023:

Não houve inspeções, em razão da ausência de pedidos de força tarefa nas Procuradorias Regionais do Trabalho, frisa-se que a Coordenadoria Nacional não pode atuar de ofício.

Monitoramento 2º/2023:

Atualizado o Manual Saúde na Saúde. Visitas a interlocutores ligados à promoção da saúde no SUS, exemplo do CONASEMS.

2. Grupos de Trabalho/Grupos de Estudos

2.1 GT Inclusão Socioprodutiva de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis	Responsáveis Margaret Matos de Carvalho (Coordenador)	Prazo 08/2023	Em andamento
<p>Objetivo: Estabelecer estratégias de atuação para a promoção da inclusão socioprodutiva dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis, bem como para o enfrentamento do trabalho infantil na coleta do lixo e para a promoção do trabalho decente (a exemplo das condições de saúde e segurança no trabalho), o que implica na regularização da contratação, pela administração pública, das associações e cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis, conforme disciplina a Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e o Decreto Federal nº 5.940/2010, com a construção de um plano de ação e de elaboração de um manual ou roteiro de atuação para auxiliar os membros em suas atividades finalísticas, inclusive em procedimentos promocionais e nos ofícios especiais GAET. O GT pretende promover diálogo permanente com representantes do MNCR - Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis para melhor subsidiar seu trabalho.</p>			
<p>Monitoramento 1º/2023: Reuniões para elaboração do manual (MANUAL DE ATUAÇÃO INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DE CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS), 2 (dois) cursos de catadores em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU; visita técnica à central de cooperativas de Brasília.</p> <p><u>Atuação na Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região</u> – assinatura de contrato de coleta seletiva entre o Município de Coruripe e a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de São José – ASMACARE. A contratação é resultado de mediação conduzida pelo MPT junto a gestores</p>			

públicos do município, trabalhadores e organizações da sociedade civil, e realizada para conscientizar os envolvidos sobre a importância de levar renda e valorizar o trabalho realizado pelo segmento que atua com a coleta seletiva.

Monitoramento 2º/2023:

Manual de atuação e implementação do projeto elaborado, capacitação de membros e membras do MPT, servidores e servidoras. Disponibilização de materiais de apoio para a implementação do projeto na Intranet/CONAP, acessível aos membros e membras, servidores e servidoras do MPT.

2.2 GT Formulário Off-Line	Responsável Heiler Ivens de Souza Natali (Coordenador)	Prazo 06/2023	Em andamento
-----------------------------------	--	-------------------------	---------------------

Objetivo: Com a finalização do aplicativo Dr. Watson se dará a concretização dos seguintes objetivos: a. Redução da necessidade de parceiros externos nas fiscalizações; b. Eliminar ou reduzir radicalmente o tempo dispendido pelos peritos para elaboração de Relatório Pericial, a partir da automação deste permitindo a entrega do mesmo imediatamente após o término da inspeção realizada; c. Reduzir radicalmente o tempo dispendido para o procurador que estiver participando da inspeção elaborar: termo de ajustamento de conduta, permitindo que seja esta apresentada durante a inspeção; ação civil pública, permitindo que seja esta apresentada durante a inspeção e relatório de inspeção, quando integrar força-tarefa; d. Conferir atuação verdadeiramente uniforme e unitária dos membros engajados em projetos nacionais ou regionais estratégicos; e. Geração automática de modelos uniformes de TACs, ACPs, relatórios periciais, relatórios de inspeção oriundos de uma única inspeção e instantes após a sua conclusão.

Monitoramento 1º/2023:

O desenvolvimento da ferramenta de construção de formulários offline (aplicativo Dr. Watson), dotado de funcionalidade de geração de produtos-chave para o aprimoramento da atuação finalística do Ministério Público do Trabalho, está em FASE FINAL para IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA no 2º semestre de 2023.

Monitoramento 2º/2023:

O desenvolvimento da ferramenta de construção de formulários offline (aplicativo Dr. Watson), dotado de funcionalidade de geração de produtos-chave para o aprimoramento da atuação finalística do Ministério Público do Trabalho, foi lançado em 2023, com o cadastramento dos titulares GAET para sua utilização, todavia, não posto em uso em razão da previsão do indispensável curso presencial de capacitação dos usuários para o primeiro semestre de 2024.

2.3 GT Trabalho no Sistema Prisional	Responsáveis Ana Cristina D. B. F. Tostes Ribeiro (Coordenadora)	Prazo 10/2023	Em andamento
---	---	-------------------------	---------------------

Objetivo: Promover atuação uniforme no tema “Trabalho no Sistema Prisional”.

Monitoramento 1º/2023:

As atividades desenvolvidas e os resultados do GT Trabalho no Sistema Prisional encontram-se descritos no quadro em anexo a este documento, que foi encaminhado pela gerente do Grupo de Trabalho, Exma. Procuradora Regional do Trabalho Ana Cristina D. B. F. Tostes Ribeiro.

Monitoramento 2º/2023:

Reuniões: a) para ouvir a posição da CONAFRET sobre cooperativas formadas com pessoas privadas de liberdade, a fim de subsidiar manifestação do GT acerca da NOTA TÉCNICA Nº 13/2023/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN/MJ),

b) O GT iniciou a análise da NOTA TÉCNICA Nº 13/2023/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN/MJ,

c) O GT apresentou manifestação acerca da implementação das cotas legais para contratação de pessoas presas ou egressas do sistema prisional nos contratos de prestação de serviços firmados pela PGT (Doc. nº 004545.2023),

d) O GT continuou a análise da NOTA TÉCNICA Nº 13/2023/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN/MJ,

e) O GT elaborou documento que teve como objeto a “análise da NOTA TÉCNICA Nº 13/2023/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN/MJ” e no qual “apresenta suas fundamentações para manutenção do posicionamento externado no documento que teve como objeto a ‘análise da minuta da resolução do CNJ que estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito da execução penal, com relação ao exercício de atividades laborais por pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional’ (Art. 2º, III), datado de 22/07/2022” (Doc. nº 000412.2023),

f) O GT analisou e apresentou manifestação sobre a minuta de Orientação Técnica acerca da criação de grupos intersetoriais destinados à implementação da Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional - PNAT, em especial das cotas legais de contratação e qualificação profissional de pessoas presas ou egressas do sistema prisional em serviços contratados por órgãos e entidades da Administração Pública e pelo Poder Judiciário, enviada pelo CNJ ao MPT, para apreciação e posterior assinatura conjunta do documento pelas instituições (Doc. nº 005019.2023 e Doc. nº 005031.2023),

g) Reunião realizada na PGT com o Procurador-Geral do Trabalho, a Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, o Diretor-Geral e outros integrantes da Administração Superior, o CNJ e a SENAPPEN,

h) O GT analisou e apresentou manifestação sobre a nova minuta de decreto da PNAT, enviada pela SENAPPEN ao MPT, acompanhada da NOTA TÉCNICA Nº 12/2023/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN/MJ - Doc. nº 005870.2023,

i) Reunião técnica realizada no CNJ, sendo o MPT representado pela Membro do GT e Coordenadora Nacional da CONAP Sefora Graciana Cerqueira Char e pela Vice-Coordenadora Nacional da CONAP Marici Coelho de Barros Pereira,

j) Diálogo com a Colega Luciana Marques Coutinho sobre o procedimento instaurado em face do presídio do Município de Resende Costa,

k) Reunião para apresentação da ONG Incarceration, seus parceiros, projetos e campanhas,

l) Manifestação sobre o relatório de declínio de atribuição para investigação dos fatos objeto da NF 003029.2023.15.000/9 (acidente de trabalho fatal ocorrido em unidade prisional) - Doc nº 007216.2023,

m) O GT começou a trabalhar na minuta de recomendação enviada pelo Colega Afonso Rocha (adoção de medidas estruturantes e resolutivas para a melhoria das condições ambientais e de acesso ao trabalho no âmbito do Sistema Prisional), para posterior encaminhamento ao CNJ O GT continuou a trabalhar na minuta de recomendação (adoção de medidas estruturantes e resolutivas para a melhoria das condições ambientais e de acesso ao trabalho no âmbito do Sistema Prisional) a ser encaminhada ao CNJ.

3. Outras iniciativas

3.1 Articulação com o INSS para realizar a reabilitação dos trabalhadores, inclusive com a concessão de próteses a partir de recursos oriundos de TAC do MPT. Ex de TAC neste sentido: v. PGEA 20.02.0506.0000071/2021-20	Responsáveis Ileana Neiva Mousinho	Prazo Contínuo	Em andamento
<p>Objetivo: Realizar ações que visem a promoção de adequações em unidades do INSS relacionadas à acessibilidade para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e às devidas condições de infraestrutura para o trabalho dos servidores, o atendimento e/ou a preservação do patrimônio público, por meio de recursos, bens e serviços oriundos das condenações nas ações por descumprimento de termos de ajuste de conduta ou em ações civis públicas em que o MPT atua, que possam ser executadas com esta forma de execução;</p> <p>Executar a reabilitação profissional dos segurados empregados pelas empresas das quais são originários, incluindo o fornecimento de órtese, prótese e meios auxiliares de locomoção, e outros recursos materiais necessários tais como pagamento de taxa de inscrição em cursos, transporte e diárias, visando readaptá-lo para o exercício da atividade laboral na mesma empresa ou em outra;</p>			
<p>Monitoramento 1º/2023:</p> <p>Resultados obtidos – Avaliação do Acordo de Cooperação Técnica MPT-INSS):</p> <p><u>Superintendência Regional Sudeste II (Estado de Minas Gerais e Espírito Santo) Gerência Executiva de Montes Claros</u> - Objeto de destinação do acordo: concessão de duas próteses. Valor da multa: R\$ 111.600,62.</p> <p><u>Superintendência Regional Sudeste III (Estado do Rio de Janeiro) Gerência Executiva de Duque de Caxias</u> – Objeto de destinação do acordo: cursos profissionalizantes (SENAC). Valor da multa: R\$ 100.000,00. Número de segurados (as) contemplados (as): 42 segurados estão realizando curso de Porteiro/Vigia, Assistente Administrativo e Informática Básica.</p> <p><u>Superintendência Regional Sul Gerência Executiva de Blumenau</u> - destinação do acordo: próteses. Valor da multa: R\$ 400.000,00.</p> <p><u>Superintendência Regional Nordeste Gerência Executiva de Mossoró</u> - Objeto de destinação do acordo: próteses. Valor da multa: R\$ 103.000,00.</p> <p><u>Superintendência Regional Nordeste Gerência Executiva de Natal</u> - Objeto de destinação do acordo: próteses. Valor da multa: R\$ 272.070,00.</p> <p><u>Superintendência Regional Nordeste Gerência Executiva de Teresina</u> - Objeto de destinação do acordo: 1 órtese e 1 prótese. Valor da multa: R\$ 35.800,00.</p> <p><u>Superintendência Regional Nordeste Gerência Executiva de Teresina</u> - Objeto de destinação do acordo: cursos profissionalizantes (SENAI e SEST/SENAT). Valor da multa: R\$ 79.200,00.</p> <p><u>Superintendência Regional Norte Centro-Oeste Gerência Executiva de Manaus</u> - Objeto de destinação do acordo: cursos profissionalizantes (SENAC). Valor da multa: I - INQUIRIDO: DAIDO INDÚSTRIA DE CORRENTES DA AMAZÔNIA LTDA – R\$ 50.000,00 II - INQUIRIDO: VISAM – VIGILÂNCIA E SEGURANÇA DA AMAZÔNIA – R\$ 100.000,00 III –INQUIRIDO: AMAZONAS ENERGIA – R\$ 128.000,00. Número de segurados (as) contemplados (as): 2021: 146 2022: 289.</p> <p>Monitoramento 2º/2023:</p> <p>O grupo trabalha na elaboração de aditivo ou substitutivo ao texto do ACT, realiza inúmeras reuniões com encaminhamentos concretos voltados a promover a reabilitação pelo INSS dos trabalhadores, também estão sendo aperfeiçoados os fluxos de informações.</p>			

3.2 Articulação com o TCE/CE, TCE/SP e Instituto Rui Barbosa com o objetivo de realizar capacitação aos gestores de contratos, apresentando a importância de garantir os direitos dos trabalhadores e preservar o meio ambiente do trabalho.	Responsáveis Andrea da Rocha Carvalho Gondim Ileana Neiva Mousinho	Prazo Contínuo	Em andamento
---	---	--------------------------	---------------------

Objetivo:

Monitoramento 1º/2023:

TCE-CE - O Ministério Público do Trabalho participou de 5 (cinco) encontros com o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, nas 5 (cinco) macrorregiões que abrangem a totalidade dos municípios cearenses, no ano de 2022. No ano de 2023, o MPT também participou de 5 (cinco) encontros com o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, nas 5 macrorregiões que abrangem a totalidade dos municípios cearenses. Responsável: Andrea da Rocha Carvalho Gondim

TCE-SP - O Ministério Público do Trabalho participou de 5 (cinco) encontros com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nas 5 (cinco) macrorregiões que abrangem a totalidade dos municípios paulistas. Responsável: Andrea da Rocha Carvalho Gondim

MPT-IRB: assinatura de Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público do Trabalho e o Instituto Rui Barbosa-Escola de Contas, tendo por objeto a cooperação técnica e logística entre as partes acima qualificadas, visando o intercâmbio de conhecimentos, experiências e atividades em temas de interesse comum, por meio de ações de capacitação e eventos em parceria, que terão a finalidade de desenvolver competências com relevância significativa ao aperfeiçoamento dos Membros e servidores das instituições convenientes, em diversas áreas de atuação, bem como ações voltadas para atender às demandas de capacitação dos gestores e servidores estaduais e municipais, sociedade civil, e, por fim, objetivando colaborar com o pleno exercício do controle externo na Administração Pública por meio da possibilidade de replicação do presente acordo em relação aos Estados da Federação e no âmbito das Escolas de Contas Estaduais (PGEA de referência nº 20.02.0001.2576/2022-97). Responsável: Ileana Neiva Mousinho

Monitoramento 2º/2023:

As ações iniciadas no primeiro semestre estão sendo desenvolvidas, inclusive com a elaboração de minuta de orientação técnica CONAP/CONALIS sobre enquadramento sindical incorreto por empresas que participam da licitação, ainda sob análise da PGT. Os colegas também continuam a participar das reuniões realizadas pelas Redes de Controle do Patrimônio em alguns estados. Também são feitas reuniões com os Membros dos MPs de Contas, os quais têm prestado apoio em atuações finalísticas.

3.3 Forças-tarefas no sistema prisional	Responsáveis Gerente do Projeto Estratégico Nacional Sistema Prisional - Heiler Ivens de Souza Natali	Prazo Contínuo	Em andamento
Objetivo: Coordenar e subsidiar o planejamento das operações para inspeções no sistema prisional.			
<p>Monitoramento 1º/2023: 83 inspeções realizadas; 52 estabelecimentos inspecionados; 06 reuniões com Secretários de Segurança Pública e Administração Penitenciária e 934 irregularidades constatadas durante as Inspeções.</p> <p>Monitoramento 2º/2023: As inspeções já foram totalizadas em documento que relata da adequação das condições de trabalho no sistema prisional (18 inspeções, sendo 14 em unidades prisionais e 04 em oficinas de trabalho de trabalho em unidades prisionais), com a presença dos colegas locais.</p>			
3.5 Atualização de Manual Saúde na Saúde	Responsáveis Ileana Neiva Mousinho	Prazo Contínuo	Em andamento
Objetivo: atualização do Manual Saúde na Saúde.			
Monitoramento 1º/2023:			

Resultado alcançado – finalização do Manual Saúde na Saúde, em trâmite para a publicação, dada a relevância do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho.

Monitoramento 2º/2023:

Revisão do Manual Saúde na Saúde. Envio do Manual para a SECOM, para envio à gráfica. Retorno à CONAP para reatualização, em virtude da decisão do STF, no Tema 698, que prevê um processo estrutural, onde se pode concluir pela pertinência da contratação de Organizações Sociais, o que altera um dos capítulos do Manual. Em andamento a revisão no ano de 2024, com reencaminhamento à SECOM, após as alterações.

3.6 Manual Terceirização sem Corrupção	Responsáveis Ileana Neiva Mousinho	Prazo Contínuo	Em andamento
---	--	--------------------------	---------------------

Objetivo: atualização do Manual Terceirização Sem Corrupção.

Monitoramento 1º/2023:

Resultado alcançado – finalização do Manual Terceirização Sem Corrupção, em trâmite para a publicação, dada a relevância do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho.

Monitoramento 2º/2023:

Retorno da SECOM para revisão dos artigos. Encontra-se em revisão o manual sobre terceirização sem corrupção.

3.7 Assédio Moral na Administração Pública	Responsáveis Andrea da Rocha Carvalho Gondim Ileana Neiva Mousinho	Prazo Contínuo	Em andamento
---	---	--------------------------	---------------------

Objetivo: Suporte aos colegas que possuam investigações e ações judiciais sobre o tema. Tratamento estratégico a fim de sedimentar jurisprudência favorável. Articulação com órgãos e entidades sobre a matéria. PGEA 20.02.0001.0006576/2020-64

Monitoramento 1º/2023:

Resultado alcançado – elaboração da NOTA TÉCNICA PGT/GE ASSÉDIO MORAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA N. 01, DE 27 DE JULHO DE 2022 - ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, que trata sobre princípios, regras e procedimentos quanto ao combate ao assédio moral organizacional no âmbito da Administração Pública.

Monitoramento 2º/2023:

Atuação de acompanhamento e de apoio nas ações promovidas contra a Fundação Palmares, FUNDACENTRO, MP-SP e da Caixa Econômica Federal em casos de assédio moral.

3.8 Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no SUS**Responsáveis**

Ileana Neiva Mousinho

Prazo

Contínuo

Em andamento

Objetivo: Fortalecer as instâncias do SUS que atuam na Saúde do (a) Trabalhador (a), bem como das diferentes instâncias de controle social no tema de modo a trazer benefícios para a saúde e segurança do trabalhador.

Monitoramento 1º/2023:

Participação da Conap no Abril Verde - campanha de segurança, saúde e prevenção de acidentes no trabalho; esclarecimentos sobre SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) e sobre CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) no âmbito da Administração Pública direta e indireta.

Monitoramento 2º/2023:

Realizadas reuniões e discussões no grupo, além de articulação com parceiros fundamentais, como o CONASEMS.

3.9 Acordo de Cooperação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Confederação Nacional dos Municípios - CNM**Responsáveis**

Ileana Neiva Mousinho

Prazo

Contínuo

Em andamento

Objetivo: Acordo de Cooperação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Confederação Nacional dos Municípios - CNMP, visando à realização de estudos, elaboração de notas técnicas e realização de eventos de capacitação relativos às áreas de convergência de interesse institucionais, visando entre outros objetivos:

a) Nota Técnica ou Manual Prático de Fiscalização Municipal de Contratos no que diz respeito à mão-de-obra e questões trabalhistas; b) Nota Técnica ou Manual Prático de Ações de Prevenção do Trabalho Infantil; c) Nota técnica sobre a instituição de legislação municipal de cotas de trabalho em contratação pública para aprendizagem, pessoas com deficiência, presos e egressos do sistema prisional e trabalhadores resgatados de situações de trabalho escravo; d) Nota Técnica ou estudo similar sobre a possibilidade de instituição ou adaptação de fundos municipais existentes para prever ações relativas a direitos difusos e coletivos trabalhistas; e) Elaborar conteúdo instrucional EAD voltado aos temas de convergência de interesse institucional.

Monitoramento 1º/2023:

Articulação contínua com a Confederação Nacional dos Municípios, em razão do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Confederação Nacional dos Municípios, em 2022.

Elaboração de Nota Técnica, pelo Ministério Público do Trabalho - MPT e pela Confederação Nacional de Municípios - CNM, sobre as “Boas Práticas de Fiscalização de Contrato de Terceirização de Mão de Obra”, para orientar os gestores e os técnicos municipais (Doc. nº005196.2023, juntado no PGEA nº 20.02.0001.0008529/2022-95).

Realização de seminário para capacitação em agosto de 2023.

Monitoramento 2º/2023:

Realização de palestra do MPT no Seminário Técnico da CNM para treinamento de fiscais de contratos de prestação de serviços terceirizados.

3.10 Estímulo aos coordenadores regionais à atuação para promover o meio ambiente do trabalho em escolas.**Responsável**

Andrea da Rocha Carvalho Gondim

Prazo

Contínuo

Concluído

Objetivo: Promover o Meio Ambiente do Trabalho seguro e adequado dos profissionais de educação.

Monitoramento 1º/2023:

Realização de reuniões com o MEC apresentando o trabalho do MPT.

Monitoramento 2º/2023:

Realização de reunião sobre a matéria.

3.11 Assédio Eleitoral na Administração Pública**Responsáveis**

Séfora Char
Marici Coelho

Prazo

Contínuo

Em andamento

Objetivo: Desenvolvimento de atividades

Monitoramento 1º/2023:

Adoção de orientação sobre assédio eleitoral e instituição de GEAF em Chapecó.

Monitoramento 2º/2023:

Realização de diversas tratativas com a COORDIGUALDADE, bem avançadas no primeiro semestre de 2024.

